

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Salas 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100
Fax 55 (85) 3307-5101
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Siderúrgica Norte Brasil S.A.
Marabá - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Siderúrgica Norte Brasil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluído a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Auditamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 15 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8



Yukie de Andrade Kato
Contadora CRC RS-048980/O-0 T-CE

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2013	2012	Passivo	Notas	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.741	6.816	Fornecedores	11	41.089	82.537
Aplicações financeiras		3.448	-	Financiamentos e empréstimos	12	78.628	97.340
Contas a receber de clientes	5	76.678	72.234	Impostos a recolher		6.144	6.475
Estoques	6	199.591	207.108	Imposto de renda e contribuição social		6.030	9.142
Impostos a recuperar	7	19.096	25.963	Partes relacionadas - mútuos	15	-	81.705
Pagamentos antecipados		1.208	3.386	Adiantamentos de clientes		4.178	2.420
Operações com derivativos	22	-	37	Debêntures	13	1.411	34.804
Outros ativos financeiros		7.953	7.484	Dividendos a pagar		23.601	15.934
				Operações com derivativos	22	3.548	3
				Outros passivos financeiros		10.799	8.693
Total do ativo circulante		344.715	323.028	Total do passivo circulante		175.428	339.053
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	7	176	176	Financiamentos e empréstimos	12	35.752	12.825
Depósitos judiciais		2.465	436	Impostos a recolher		1.438	2.920
Outros ativos financeiros		123	147	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	12.213	12.136
Investimentos	8	43.000	27.800	Partes relacionadas - AFAC	15	27.575	27.575
Ativos biológicos	9	147.671	126.361	Debêntures	13	220.761	96.003
Imobilizado	10	520.453	492.560				
Intangível		4.676	5.757	Total do passivo não circulante		297.739	151.459
Total do ativo não circulante		718.564	653.237	Total do passivo		473.167	490.512
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		362.461	316.323
				Reserva de capital		3.561	3.561
				Reservas de lucros		200.312	142.091
				Ajustes de avaliação patrimonial		23.778	23.778
				Total do patrimônio líquido		590.112	485.753
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.063.279	976.265
Total do Ativo		<u>1.063.279</u>	<u>976.265</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	18	734.907	613.231
Custos dos produtos vendidos		<u>(506.406)</u>	<u>(433.081)</u>
Lucro bruto		<u>228.501</u>	<u>180.150</u>
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	19	(83.254)	(59.392)
Administrativas e gerais	20	(39.994)	(30.063)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>6.031</u>	<u>957</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>111.284</u>	<u>91.652</u>
Despesas financeiras	21	(71.241)	(107.658)
Receitas financeiras	21	34.953	151.124
Resultado financeiro	21	<u>(36.288)</u>	<u>43.466</u>
Lucro antes da contribuição social		<u>74.996</u>	<u>135.118</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(9.033)	(8.897)
Contribuição social diferida	14	<u>(76)</u>	<u>(2.956)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>65.887</u></u>	<u><u>123.265</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	<u>65.887</u>	<u>123.265</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>65.887</u></u>	<u><u>123.265</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Reserva de de capital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva subvenção de investimento	Reserva legal	Reserva contingências	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2012	316.323	3.561	620	2.718	25.563	3.480	23.778	-	376.043
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	123.265	123.265
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	-	-	-	-	-	-	-	2.380	2.380
Destinações do resultado									
Constituição de reservas	-	-	6.163	30.816	22.548	50.183	-	(109.710)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Ver nota 17 e.)	-	-	-	-	-	-	-	(15.935)	(15.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	316.323	3.561	6.783	33.534	48.111	53.663	23.778	-	485.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	65.887	65.887
Aumento de capital (Ver nota 17 c.)	46.138	-	-	-	-	-	-	-	46.138
Destinações do resultado									
Constituição de reservas (Ver nota 17 e.)	-	-	3.295	16.472	15.455	22.999	-	(58.221)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Ver nota 17 e.)	-	-	-	-	-	-	-	(7.666)	(7.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>362.461</u>	<u>3.561</u>	<u>10.078</u>	<u>50.006</u>	<u>63.566</u>	<u>76.662</u>	<u>23.778</u>	<u>-</u>	<u>590.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	65.887	123.265
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	38.995	36.479
Ajuste a valor presente - Clientes	95	(189)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(5.014)	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	3.942	3.679
Juros não realizados sobre financiamentos	12.477	15.617
Juros e variação monetária e custos amortizáveis sobre debêntures	16.379	23.693
Estorno de encargos financeiros - Debêntures	-	(73.926)
Variações cambiais não realizadas	8.883	153
Baixa de ativo imobilizado	1.894	47
Baixa de ativo biológico	1.564	679
Imposto de renda e contribuição social diferidos	76	2.956
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.112)	8.897
Rendimentos de aplicações financeiras	(121)	-
Outros	-	(724)
Lucro operacional ajustado	<u>141.945</u>	<u>140.625</u>
Variações nos ativos circulantes e não circulantes		
Aumento em contas a receber	(8.480)	(21.421)
Redução em pagamentos antecipados	2.178	2.722
Aumento em impostos a recuperar	6.867	(3.562)
(Aumento) redução nos estoques	7.517	(24.726)
Redução em outros ativos financeiros	243	269
Aumento de depósitos judiciais	(2.030)	(23)
Variações nos passivos circulante e não circulantes		
Redução (aumento) em fornecedores	(41.448)	505
Redução (aumento) em contas a pagar e provisões	5.653	(429)
Redução (aumento) em impostos a recolher	(1.812)	8.003
Redução (aumento) de adiantamento de clientes	1.758	(3.869)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>112.391</u>	<u>98.094</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(3.326)	-
Aplicação em investimento	(15.200)	(13.200)
Aquisição de ativo imobilizado	(67.913)	(50.688)
Aumento em ativo intangível	(439)	(598)
Aumento em ativos biológicos	(17.859)	(18.403)
Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos	-	10.229
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(104.737)</u>	<u>(72.660)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	46.138	-
Emissão de debêntures	200.000	-
Pagamento de financiamentos - principal	(106.072)	(131.231)
Pagamento de financiamentos - juros	(11.950)	(29.568)
Pagamento de debêntures - principal	(107.412)	-
Pagamento de debêntures - juros	(17.602)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	100.874	49.213
Pagamento de mútuo pessoas ligadas	(124.255)	(92.973)
Recebimento de mutuo pessoas ligadas	42.550	57.798
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<u>22.271</u>	<u>(146.761)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>29.925</u>	<u>(121.327)</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.816	128.143
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>36.741</u>	<u>6.816</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>29.925</u>	<u>(121.327)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Receitas		
Vendas de mercadorias e produtos	932.680	769.593
Outras receitas	6.582	957
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.942)	(3.915)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos	(442.271)	(379.549)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.316)	(85.676)
Perda/recuperação de valores ativos	(2.438)	-
Valor adicionado bruto	<u>375.296</u>	<u>301.410</u>
Depreciação e amortização	(40.875)	(36.479)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>334.421</u>	<u>264.931</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>34.953</u>	<u>151.124</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>369.375</u>	<u>416.055</u>
Pessoal	<u>72.036</u>	<u>62.407</u>
Remuneração direta	57.067	48.717
Benefícios	10.244	9.562
FGTS	4.725	4.128
Impostos, taxas e contribuições	<u>125.225</u>	<u>99.900</u>
Federais	106.347	85.904
Estaduais	17.015	13.369
Municipais	106	91
Outros impostos, taxas e contribuições	1.757	536
Remuneração de capitais de terceiros	<u>106.227</u>	<u>130.483</u>
Juros, variações cambiais e despesas com financiamentos	68.982	105.621
Aluguéis	37.246	24.862
Remuneração de capitais próprios	<u>65.887</u>	<u>123.265</u>
Lucros retidos do exercício	<u>65.887</u>	<u>123.265</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>369.375</u>	<u>416.055</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Rodovia PA 150, KM 425 s/n, Marabá, Estado do Pará, e tem por objetivo social a indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização, no atacado e varejo de laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semi-acabados de aço; ferro gusa, bem como a exportação desses produtos; produção florestal: cultivo de eucalipto; cultivo de mudas em viveiros florestais; produção de carvão vegetal de florestas plantadas; produção de carvão vegetal de florestas nativas; transportes rodoviários de cargas e transportes com navegação interior de carga.

Produzindo aço desde maio de 2008, a Sociedade é integrada ao Grupo Aço Cearense e, possui uma linha de produtos que inclui vergalhões, fio-máquina e trefilados e já alcança todo país com sua distribuição do produto voltado, exclusivamente, para o mercado brasileiro.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 15 de março de 2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos biológicos mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão

incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 09 – Mensuração do valor justo do ativo biológico
- Nota 16 - Provisões e contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, líquida de devoluções e descontos comerciais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Sociedade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos fluam em favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos na demonstração de resultados.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento

A Sociedade “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquida o passivo simultaneamente.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

(ii) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) *Caixa e equivalente de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data da contratação, e com risco insignificante de alteração de seu valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

Contas a receber de clientes e provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis (impairment)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros Selic, e reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e é apropriada ao curso da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Sociedade avalia os títulos individualmente, levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

(v) *Passivos financeiros não derivativos*

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, vencidas e pagas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer

custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade possui os seguintes passivos financeiros: fornecedores, financiamentos e empréstimos, mútuos com partes relacionadas e debêntures.

(vi) Capital social

(a) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(b) Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Sociedade. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

(c) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações da BM&F BOVESPA. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Sociedade e contraparte quando apropriado.

3.4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados em premissas que levam em consideração principalmente as condições de mercado existentes na data do balanço. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado e ativo biológico são baseados na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.5 Provisão para recuperação dos ativos

Conforme determinações do CPC 01, a Sociedade analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível. Na data de cada encerramento das demonstrações financeiras, a Sociedade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

A Administração da Sociedade não identificou necessidade de constituição de provisão para redução a valor recuperável nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e/ou produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos permanentes por não representarem controladas e/ou coligadas, são avaliados ao custo de aquisição deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

3.9 Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, apurado na data de corte.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptos, as quais são destinadas ao processo produtivo de ferro gusa. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base em pesquisas de preços no seu setor e região de atuação, ajustado para refletir o preço da “madeira em pé”. Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual da região.

3.10 Arrendamento mercantil financeiro

Os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva. A vida útil estimada é revisada ao final de cada período. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado, correspondendo a *softwares*, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período na rubrica de amortizações. O método utilizado para amortização reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. A vida útil é aferida pelo período em que a Sociedade tem a capacidade de cobrar o pleno uso da infraestrutura até o final do período dessa licença. A vida útil e o valor residual são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e adequados de acordo com a necessidade.

3.12 Provisões diversas

A Sociedade registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e previdenciárias que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa

ser feita do montante dessa obrigação. A Sociedade também está sujeita a reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo os critérios de reconhecimento das provisões, que determinam que uma provisão deva ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Sociedade é beneficiária, até o exercício de 2018, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de venda de laminados e trefilados (lucro da exploração).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a despesa corrente e diferida, as quais são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é o a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas destes tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O tributo diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação dos tributos correntes e diferidos, a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Sociedade acredita que a provisão para os tributos no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Sociedade a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda e contribuição social no período em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

3.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos decorrente de direitos da Sociedade e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas, despesas com juros sobre empréstimos e sobre outras obrigações e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.16 Demonstrações do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação complementar.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos conta movimento	9.282	4.640
Aplicações financeiras - CDB pós-fixados	27.459	2.176
	<hr/>	<hr/>
	36.741	6.816
	<hr/>	<hr/>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs possuem rentabilidade entre 99% a 102,7% do CDI e garantem, substancialmente, liquidez imediata. Essas aplicações podem ser resgatadas antes do seu prazo de vencimento, podendo haver variação mínima nos rendimentos e por esta razão foram considerados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber

a. Composição do saldo

	2013	2012
Contas a receber de clientes	78.514	70.476
<i>Menos:</i>		
Provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis	(9.807)	(5.865)
Ajuste a valor presente	<u>(353)</u>	<u>(219)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	68.354	64.392
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 15)	<u>8.324</u>	<u>7.842</u>
Total	<u><u>76.678</u></u>	<u><u>72.234</u></u>

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base na taxa de juros SELIC, e reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada no curso da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

b. Por vencimento dos títulos

	2013	2012
A vencer		
De 1 a 60 dias	59.777	54.841
De 61 a 120 dias	1.951	2.426
Mais de 120 dias	<u>85</u>	<u>10</u>
Subtotal	<u><u>61.813</u></u>	<u><u>57.277</u></u>
Vencidos		
De 1 a 60 dias	11.135	8.650
De 61 a 120 dias	1.305	2.383
De 121 a 180 dias	1.186	1.089
Mais de 180 dias	<u>1.239</u>	<u>2.835</u>
Subtotal	<u><u>14.865</u></u>	<u><u>14.957</u></u>
	<u><u>76.678</u></u>	<u><u>72.234</u></u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava saldo a vencer de R\$ 5.672 (R\$ 5.224 em 2012) e vencidos de R\$ 3.866 (R\$ 2.618 em 2012) com suas partes relacionadas.

c. Concentração da carteira de clientes (*)

	2013		2012	
Clientes (partes não relacionadas)				
Maior cliente	6%	4.463	8%	5.727
Do segundo ao sexto maiores clientes	12%	9.407	8%	5.469
Demais clientes	71%	54.484	74%	53.196
Subtotal	89%	68.354	90%	64.392
Partes relacionadas	11%	8.324	10%	7.842
Total do contas a receber de clientes	100%	76.678	100%	72.234

(*) Os valores apresentam-se líquidos das respectivas provisões aplicáveis e ajuste a valor presente.

d. Critério de mensuração da provisão para perdas no valor recuperável (*impairment sobre recebíveis*)

Para minimizar o risco da perda de crédito, a Sociedade adota critérios rígidos definidos pela Administração, tendo apenas 2,02% de títulos vencidos em relação à receita líquida de 2013 (2,44% em 2012). Os títulos vencidos são acompanhados mensalmente pelo setor de cobrança da Sociedade para sua recuperação.

Com base na análise individual de seus clientes, a Administração constitui provisão para perdas no valor recuperável de contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos tendo por base o histórico de perdas e atrasos significativos.

6 Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	56.593	58.840
Produtos em elaboração	40.225	44.067
Matérias-primas	38.957	41.706
Adiantamento a fornecedores	20.504	16.710
Almoxarifado	41.746	39.040
Estoque em trânsito e em poder de terceiros	1.566	6.745
	199.591	207.108

7 Impostos a recuperar

	2013	2012
IPI	1.664	5.590
COFINS	2.456	46
PIS	547	843
IRRF	5.227	5.227
Imposto de renda e contribuição social	6.691	11.157
Outros	2.687	3.276
Total	19.272	26.139
Circulante	19.096	25.963
Não circulante	176	176

Os créditos de IPI, PIS e COFINS são basicamente oriundos das compras de insumos para produção.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social referem-se a antecipações efetuadas em exercícios anteriores ainda não compensados e de antecipações de contribuição social do exercício corrente.

8 Investimentos

A SINOBRAS, para garantir a sustentabilidade energética de sua usina em Marabá/PA, na condição de autoprodutora, tem participação de 1% na SPE (Sociedade de Propósito Específico) - Norte Energia S.A. - empresa responsável pela implantação e gestão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se de investimento estratégico, pois assegura e possibilita:

- a. Suficiência energética para produção de até 600 mil toneladas de aço ano;
- b. Operação em horário de ponta, o que cresce a utilização dos equipamentos em 20% nos dias úteis;
- c. Melhor qualidade da energia disponibilizada;
- d. Redução do custo energético e por consequência da produção;
- e. Maior competitividade.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de R\$43.000 e R\$27.800, respectivamente, estão registrados ao custo de aquisição do investimento, acrescidos de novos aportes realizados em 2013, no montante de R\$15.200, sem efeito de equivalência patrimonial, pois não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição e deduzidos de *impairment*, em virtude da inexistência de mercado ativo que proporcione a mensuração do valor justo do investimento.

9 Ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo de reflorestamento em formação corresponde a 14.000 hectares de florestas de eucalipto, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira, no estado de Tocantins, na localidade de Araguatins e São Bento do Tocantins, que está sendo formado com a finalidade de diminuir a dependência da Sociedade de uma de suas principais matérias-primas, que é o carvão vegetal fornecido por terceiros. Com o referido projeto a Sociedade visa produzir 100% de sua necessidade de carvão, de forma sustentável.

O saldo dos ativos biológicos da Sociedade é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda.

A Sociedade iniciou sua primeira extração de lenha correspondente a 18 mil m³ em dezembro de 2013 para os talhões que se encontram no momento de colheita. O saldo de estoques de madeira extraída será transferido para conta de estoques ao final do processo de corte dos referidos talhões, o qual não encontrava-se concluído até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras. Estima-se uma colheita de aproximadamente 150 mil m³ de lenha no exercício de 2014.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Sociedade reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto durante os primeiros anos de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo;
- (ii) As florestas após os primeiros anos de plantio são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- (iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC (Custo de Capital Ponderado) da Sociedade, o qual é revisado periodicamente pela Administração;
- (v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Sociedade é variável entre 7 e 8 anos;
- (vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;
- (viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;
- (ix) A Sociedade definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos semestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b. Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

A conciliação dos saldos contábeis no início e do final do exercício é a seguinte:

	2013	2012
No início do exercício	126.361	116.980
Adições (plantio, trato e manejo)	17.860	18.403
Reclassificação para imobilizado	-	(8.343)
Baixas	(1.564)	(679)
Variação de valor justo	5.014	-
	<hr/>	<hr/>
No fim do exercício	<u>147.671</u>	<u>126.361</u>

Riscos regulatórios e ambientais

A Sociedade está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Sociedade estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de eucalipto estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Sociedade tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares.

10 Imobilizado

a. Composição e movimentação da conta

Custo	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Adiantamento a fornecedores e importações em andamento		Total
						Imobilizações em andamento		
Saldo em 31/12/2011	153.410	388.047	2.054	6.919	2.645	3.796	66.196	623.067
Adições	6.536	1.765	324	-	403	6.793	34.867	50.688
Baixas	-	(40)	(19)	(94)	(4)	(10.229)	-	(10.386)
Transferências	11.144	20.892	56	-	39	-	(32.131)	-
Saldo em 31/12/2012	171.090	410.664	2.415	6.825	3.083	360	68.932	663.369
Adições	2.843	20.451	404	9.936	560	1.354	32.364	67.912
Baixas	-	(12)	(1)	-	(22)	-	(1.879)	(1.914)
Transferências para rubrica de bens destinados à venda	-	(652)	-	-	-	-	-	(652)
Transferências	5.345	35.860	52	2	468	-	(41.727)	-
Saldo em 31/12/2013	179.278	466.311	2.870	16.763	4.089	1.714	57.690	728.715

Depreciação acumulada	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Adiantamento a fornecedores e importações em andamento		Total
						Imobilizações em andamento		
Taxas anuais de depreciação	4%	9%	11%	11%	20%	-	-	
Saldo em 31/12/2012	(15.538)	(115.258)	(602)	(3.216)	(1.309)	-	-	(135.923)
Adições	(4.619)	(29.002)	(243)	(619)	(513)	-	-	(34.996)
Baixas	-	13	8	86	3	-	-	110
Saldo em 31/12/2012	(20.157)	(144.247)	(837)	(3.749)	(1.819)	-	-	(170.809)
Adições	(5.034)	(30.529)	(275)	(1.094)	(542)	-	-	(37.474)
Baixas	-	6	1	-	14	-	-	21
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	(25.191)	(174.770)	(1.111)	(4.843)	(2.347)	-	-	(208.262)

Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2012	150.933	266.417	1.578	3.076	1.264	360	68.932	492.560
Saldo em 31/12/2013	154.087	291.541	1.759	11.920	1.742	1.714	57.690	520.453

a. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Durante o exercício de 2013, a Sociedade analisou a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, não observando a confirmação de tais indicadores. O ativo imobilizado da Sociedade, após análise de fontes externas e internas de informações, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano fixo, que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Sociedade.

b. Avaliação da vida útil do ativo imobilizado

A Sociedade revisa e ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado periodicamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração não identificou fatores que pudessem alterar significativamente a vida útil dos seus ativos imobilizados.

11 Fornecedores

a. Composição da conta

	2013	2012
Fornecedores no país		
Partes relacionadas (Nota 15)	285	1.611
Fornecedores diversos	18.702	68.198
Fornecedores no exterior		
Fornecedores diversos	22.102	12.728
Total	41.089	82.537

b. Por vencimento de títulos

	2013	2012
A vencer		
De 1 a 60 dias	27.548	16.705
De 61 a 120 dias	48	1.698
Mais de 120 dias	-	59.717
Subtotal	27.596	78.120
Vencidos		
De 1 a 60 dias	3.578	1.708
De 61 a 120 dias	504	71
Mais de 120 dias	9.411	2.638
Subtotal	13.493	4.417
Total de fornecedores	41.089	82.537

c. Concentração da carteira de fornecedores

Fornecedores (partes não relacionadas)	2013		2012	
Maior fornecedor	23%	9.332	32%	26.107
Do segundo ao sexto maiores fornecedores	50%	20.608	34%	28.573
Demais fornecedores	26%	<u>10.864</u>	32%	<u>26.246</u>
Subtotal	99%	<u>40.804</u>	98%	<u>80.926</u>
Partes relacionadas	<u>1%</u>	<u>285</u>	<u>2%</u>	<u>1.611</u>
Total de fornecedores	<u>100%</u>	<u>41.089</u>	<u>100%</u>	<u>82.537</u>

12 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

Modalidade	Encargos	2013	2012
Moeda nacional			
Finame	8,70% a.a.	20.214	4.002
Arrendamento mercantil	1,50% a.a.	1.084	583
Financiamento capital de giro	CDI + 0,55% a.m.	10.128	13.364
Financiamento capital de giro	CDI + 2,916% a.a.	-	2.336
Financiamento capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	30.009	10.798
Financiamento capital de giro	2,916% a.a.	6	-
Financiamento capital de giro	180% CDI	-	46.733
		<u>61.441</u>	<u>77.816</u>
Moeda estrangeira – US\$			
Financiamento em moeda estrangeira	Euribor (6meses) + 1,5% a.a.	5.111	7.158
Financiamento de importação	2,75% a 4,57% a.a.	47.828	25.191
		<u>52.939</u>	<u>32.349</u>
Total		<u>114.379</u>	<u>110.165</u>
Circulante		<u>78.628</u>	<u>97.340</u>
Não circulante		<u>35.752</u>	<u>12.825</u>

b. Por vencimento - não circulante

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2013	2012
2014	-	11.253
2015	3.026	944
2016	334	628
2017	21.581	-
2018	10.811	-
	<u>35.752</u>	<u>12.825</u>

c. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados para a usina integrada de produção de aço e os empréstimos por cessão fiduciária de duplicatas e aplicações financeiras, ambos avalizados pelos principais acionistas. As Cédulas de Crédito Bancário celebradas com o BTG Pactual contemplam o compromisso da Sociedade em fornecer ao banco com até 90 dias do encerramento de cada ano fiscal, demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de cada exercício por empresa de auditoria independente e de reconhecimento internacional.

Em 31 de dezembro de 2013, alguns contratos de financiamentos e empréstimos estão garantidos com o percentual de 20% sobre as aplicações financeiras, cujo valor contábil é de R\$ 3.448, e avalizados pelos principais acionistas.

d. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Sociedade pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade ecumpriu com todas as cláusulas restritivas.

13 Debêntures

a. Composição da conta

				2013	2012
<i>Primeira emissão (b)</i>					
	Parcelas	Encargos	Vencimento		
Debêntures não conversíveis em ações	06	TJLP + 4% a.a.	Emissão CEI	5.752	5.752
Debêntures conversíveis em ações	06	TJLP + 4% a.a.	Emissão CEI	17.255	17.255
Subtotal				<u>23.007</u>	<u>23.007</u>
<i>Segunda emissão(c)</i>					
Debêntures não conversíveis em ações	42	140% CDI	10/02/2016	-	111.997
Custo de emissão de debêntures não conversíveis em ações				-	(4.197)
Subtotal				<u>-</u>	<u>107.800</u>
<i>Terceira emissão(d)</i>					
Debêntures não conversíveis em ações	36	135% CDI	10/07/2018	201.411	-
Custo de emissão de debêntures				(2.246)	-
Subtotal				<u>199.165</u>	<u>-</u>
Total de debêntures				<u>222.172</u>	<u>-</u>
Circulante				<u>1.411</u>	<u>34.804</u>
Não circulante				<u>220.761</u>	<u>96.003</u>

b. Primeira emissão

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 1999, aprovou a emissão de 15.123.051 debêntures de série conversível em ações, no montante de R\$ 15.123, e 5.014.017 debêntures de série não conversível em ações, no montante de R\$ 5.014. O prazo de carência original contratado seria de três anos e o vencimento em 6,5 anos, já incluindo o prazo de carência, a partir da data de emissão. A atualização prevista compreende TJLP - taxa de juros de longo prazo mais juros fixos de 4% ao ano. O único debenturista é o FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia.

As debêntures foram emitidas pela Sociedade nas condições definidas na Lei nº 8.167/91 e no Decreto nº 101/91, consoante deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 1999, sendo 70% conversíveis em ações e 30% simples e inconversíveis. As debêntures emitidas, 20.137.068, originalmente, tinham prazo de carência de três anos e vencimento em 6,5 anos; atualização pela TJLP e juros de 4% ao ano. Enquanto não adquirem a condição de conversão e resgate, as debêntures conversíveis possuem garantias flutuantes representadas pelo ativo da emitente. As debêntures inconversíveis são garantidas por hipoteca de terreno e edificações integrantes do parque industrial, além de fiança comercial, fornecida pela controladora WMA Participações S.A.

Por intermédio da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as debêntures inconversíveis obtiveram a condição de serem convertidas em ações, desde que a Sociedade manifestasse interesse, o que ocorreu em 2012; esse mesmo diploma legal estabeleceu que os prazos de carência e de vencimento seriam equivalentes ao prazo de implantação do empreendimento, sendo facultado à Sociedade, somente após a emissão do CEI - Certificado de Empreendimento Implantado, adotar as seguintes providências:

- Resgatar as debêntures simples e inconversíveis através de nota de emissão em debêntures conversíveis; e,
- Dispensa dos encargos financeiros, a partir de 23 de agosto de 2000 até a data da conversão ou resgate, desde que esta ocorra no prazo de 1 (um) ano contado da emissão do CEI.

Estes benefícios estão condicionados à efetiva implantação e operação do projeto; manifestação da Sociedade, junto ao Ministério da Integração Nacional, no prazo de 06 (seis) meses quanto à sua intenção de utilizar-se das faculdades; e obrigação de não alienar ou onerar bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade que faça parte do projeto, sem a prévia e expressa autorização do Ministério da Integração Nacional. A Sociedade manifestou-se no prazo, de forma que entre as 20.137.068 debêntures emitidas, passarão a ser totalmente conversíveis em ações, após a obtenção do CEI - Certificado de Empreendimento Implantado, o qual será solicitado após a liberação do saldo de incentivos pelo Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos FINAM/DGFI.

A Sociedade entrou em operação em 2008, estando atualmente com aproximadamente 100% do empreendimento original implantado, em condições, portanto, de requerer o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). Todavia, a Sociedade optou por não requerer o CEI enquanto houver saldo de recursos do FINAM a liberar, o que decorre de entraves próprios do processo de liberação junto ao DGFI-SUDAM. Em 2010, o DGFI anuiu quanto ao ingresso do acionista União Participações Ltda., sociedade *holding* do grupo Bradesco, para que este possa aplicar os incentivos fiscais originários do imposto de renda consoante legislação em vigor, na forma do art. 9º da Lei nº 8.167/91.

Caso a Sociedade não converta as debêntures emitidas no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), as debêntures passarão a ser exigíveis. O referido CEI, ainda não foi emitido, salientando que há saldo a liberar de recursos de incentivos fiscais. Diante do exposto acima, por força da MP 2.199-14, os prazos de carência e vencimento das debêntures são equivalentes ao prazo de implantação do empreendimento e que é aperfeiçoado com a emissão do CEI. As debêntures são mantidas no passivo não circulante para atender ao seu prazo de vencimento que ocorre após um ano contado da data de emissão do CEI, o qual será requerido única e exclusivamente a depender de trâmites da DGFISUDAM para liberar os recursos faltantes, não sendo possível a Sociedade estimar com precisão a data desta ocorrência.

Através do Despacho do DFRP nº 620 e do Ofício 680/2012/CGIP/DFRP/SFRI-MI, ambos de 13 de julho de 2012, o Ministério da Integração Nacional aprovou a dispensa dos encargos financeiros que incidiam sobre as debêntures conversíveis e não conversíveis, vencidas e/ou vincendas, subscritas pelo FINAM, inclusive os juros de mora, desde 24 de agosto de 2000 até a data que o projeto obtenha o CEI, na forma do § 1º art. 6º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. A referida dispensa foi aprovada pelos acionistas da Sociedade em AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2012. Os valores das debêntures e dos encargos estornados, registrados como receitas financeiras, estavam assim representados na data da referida AGE:

Ofício SUDAM	Debêntures	Saldo em 24/08/2000 (MP 2.199-14)	Saldo anterior a AGE de 19/11/2012	Encargos estornados	Saldo após AGE de 19/11/2012
1999-0322	Conversíveis em ações	R\$ 17.255	R\$ 72.701	R\$ 55.446	R\$ 17.255
1999-0322	Simplex ou não conversíveis	R\$ 5.752	R\$ 24.233	R\$ 18.481	R\$ 5.752
				<u>R\$ 73.927</u>	<u>R\$ 23.007</u>

Após a emissão do CEI aos saldos devedores continuarão incidindo custos básicos equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e encargos financeiros correspondentes à taxa efetiva de juros de 4% ao ano, calculados em regime de capitalização composta e incorporados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro 2013 e 2012, o saldo acumulado referente às debêntures emitidas é de R\$ 23.007.

c. Segunda emissão

A Sociedade, dando sequência à sua política de captação de recursos mais adequados às suas operações, reunida em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de fevereiro de 2011, deliberou pela emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações.

O valor total da emissão, ocorrida em 10 de março de 2011, foi de R\$ 120.000, sendo 400 debêntures no valor nominal individual de R\$ 300, em série única, não sendo conversíveis em ações da Sociedade. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 42 (quarenta e duas) parcelas mensais sucessivas, na seguinte ordem: (a) 41 (quarenta e uma) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,3809% do valor nominal (sem considerar qualquer

amortização) de cada uma das debêntures, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2012 e a última em 10 de fevereiro de 2016; e (b) uma parcela correspondente ao saldo devedor do valor nominal (sem considerar qualquer amortização) de cada uma das debêntures, com vencimento, em 10 de março de 2016.

Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro vencimento em 10 de abril de 2011 e, o último, na data de vencimento.

Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, a Sociedade constituiu:

- Cessão fiduciária de direitos creditórios pertencentes à Sociedade e à sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda.; e
- Alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda.

Os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e estão apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida, conforme determinado pelo CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Os custos amortizados até 31 de dezembro de 2012, totalizaram R\$ 4.197.

Em setembro de 2013, a Sociedade optou pela amortização antecipada dessas debêntures com recursos oriundos das debêntures emitidas em maio de 2013, descritas a seguir.

d. Terceira emissão

A Sociedade, dando sequência à sua política de captação de recursos mais adequados às suas operações, reunida em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 15 de maio de 2013, deliberou pela emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, todos os fins de direito, a Titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo escriturador, e adicionalmente, com relação às debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

O valor total da emissão, ocorrida em 10 de julho de 2013, foi de R\$ 200.000, sendo 1.000 debêntures, no valor nominal individual de R\$ 200, em série única, não sendo conversíveis em ações da Sociedade. O valor nominal de cada uma das debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, na seguinte ordem: (a) 35 (trinta e cinco) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do valor nominal de cada uma das debêntures, devidas no dia 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira parcela devida em 10 de agosto de 2015 e a última em 10 de julho de 2018; e (b) 1 (uma) parcela correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures, devida na data de vencimento.

Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro vencimento em 12 de agosto de 2013 e, o último, na data de vencimento.

Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, a Sociedade constituiu:

- Cessão fiduciária de direitos creditórios pertencentes à Sociedade e à sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda., a Companhia, o Agente Fiduciário, o BTG Pactual S.A e Itaú Unibanco S.A (Banco Centralizador); e
- Alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda, a Companhia, o Agente Fiduciário, o BTG Pactual e eventuais outras partes.

Os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e estão apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida, conforme determinado pelo CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Os custos a serem amortizados, em 31 de dezembro de 2013, totalizaram R\$ 2.247.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas se os índices financeiros abaixo não foram obtidos:

- Índice financeiros de alavancagem, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, com relação às demonstrações financeiras consolidadas da WMA Participações S.A., controladora final da Sociedade, que deverá ser igual ou inferior a (i) 4 (quatro) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013, (ii) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2014 e, (iii) 3 (três) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2015; ou do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, com relação às demonstrações financeiras consolidadas da WMA Participações S.A., que deverá ser igual ou superior a 2 (dois) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013 e (ii) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2014;
- Índice de liquidez correspondente a 70% (setenta por cento), a ser calculado pela Sociedade e pela Aço Cearense Industrial Ltda., consideradas em conjunto, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados. Em 31 de dezembro de 2013 este índice foi atendido.

14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Composição dos saldos	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	-	(12.213)	(12.213)	-	(12.136)	(12.136)
Total	-	(12.213)	(12.213)	-	(12.136)	(12.136)

A Sociedade reconheceu a respectiva contribuição social (9%) e o imposto de renda (25%) diferidos sobre o valor de R\$ 35.991, correspondente ao custo atribuído de terrenos.

b) Conciliação da despesa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a conciliação da despesa pela alíquota fiscal da contribuição social e imposto de renda debitado em resultado é demonstrada da seguinte forma:

	2013	2012
Resultado antes dos impostos	74.996	135.118
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Contribuição Social e Imposto de Renda pela taxa fiscal	25.499	45.940
Ajuste do RTT – Regime Tributário de Transição	(11.162)	(5.679)
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	9.658	2.701
Exclusões permanentes		
Receitas tributadas exercícios anteriores	-	5.204
Lucro ajustado antes da compensação de base negativa	73.390	126.936
Compensação de base negativa/prejuízo fiscal	<u>-</u>	<u>33.057</u>
Lucro ajustado à base fiscal	73.390	93.879
Lucro Incentivado do Imposto de Renda	<u>(61.902)</u>	<u>(90.263)</u>
Contribuição Social e Imposto de Renda no resultado	<u>9.109</u>	<u>(11.853)</u>
 <i>Sendo:</i>		
Imposto de renda registrado no período corrente	17.883	22.996
Incentivo Lucro da Exploração	(15.455)	(22.548)
Imposto de renda e contribuição social registrada no período	9.033	<u>(8.897)</u>
IR/CS Diferidos	<u>(76)</u>	<u>(2.956)</u>
Alíquota efetiva	<u>12,15%</u>	<u>-8,77%</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo referente a prejuízos fiscais a compensar no montante de R\$ 33.057, foi utilizado integralmente no decorrer daquele exercício, respeitando a limitação de 30% dos lucros anuais.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Sociedade e sua controladora, entre as partes relacionadas de sua controladora, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Ativo circulante		
Contas a receber	8.324	7.842
Aço Cearense Comercial Ltda.	3.107	515
Aço Belém Ltda.	4.481	6.937
Aço Maranhão Ltda.	723	390
Aço Cearense Industrial Ltda.	13	-
Adiantamentos a fornecedores	-	249
Aço Belém Ltda.	-	249
	2013	2012
Passivo circulante		
Fornecedores	285	1.611
Aço Cearense Industrial Ltda.	141	1.607
Aço Cearense Comercial Ltda.	144	4
Adiantamento de clientes	-	7
Aço Maranhão Ltda.	-	-
Aço Belém Ltda.	-	7
Outros passivos financeiros		
Dividendos a pagar	23.601	15.934
Partes relacionadas – mútuo	-	81.705
Aço Cearense Industrial Ltda. (a)	-	81.705
Passivo não circulante		
Partes relacionadas - Adiantamento para futuro aumento de capital	27.575	27.575
Aço Cearense Industrial Ltda. (b)	27.575	27.575

	2013	2012
Resultado		
Receita da venda de produtos	54.620	71.731
Aço Cearense Industrial Ltda.	50	45
Aço Cearense Comercial Ltda.	26.060	33.056
Aço Belém Comercial Ltda.	16.885	21.083
Aço Maranhão Ltda.	11.625	17.547
Custo dos produtos vendidos	33.079	49.459
Aço Cearense Industrial Ltda.	54	37
Aço Cearense Comercial Ltda.	12.803	21.833
Aço Belém Comercial Ltda.	11.768	15.174
Aço Maranhão Ltda.	8.454	12.415

(a) os mútuos com a Aço Cearense Industrial Ltda. foram quitados no exercício de 2013 e não tinham prazo de vencimento e não incidiam qualquer remuneração.

(b) A Administração pretende sugerir aos acionistas da Sociedade, a incorporação ao capital social do saldo de R\$ 27.575 referente a adiantamento para futuro aumento de capital durante o exercício de 2014.

a. Outras partes relacionadas

A Sociedade possui outras partes relacionadas, , com as quais não efetuou transações no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, abaixo qualificadas:

- Cia Geração de Energia Elétrica Paranapanema
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
- União Participações Ltda.
- WMA Participações S.A.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

(i) Remuneração - Diretoria

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é definida a remuneração dos administradores da Sociedade, que é distribuída aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chaves da Administração em 31 de dezembro de 2013 a remuneração da Administração apresenta o saldo de R\$ 2.279 (R\$ R\$1.854 em 2012).

(ii) Outros benefícios

A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

16 Provisão para contingências

A Sociedade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos concluiu que não existem causas cuja probabilidade de perda é estimada como provável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conseqüentemente, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

(i) Ações trabalhistas

Para as ações trabalhistas, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível, no montante de R\$ 7.018 (R\$ 4.579 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desse montante, a Sociedade mantém depositado judicialmente o valor de R\$ 642 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2012).

(ii) Ações cíveis

A Sociedade está envolvida em ações de natureza cível, as quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais as perdas são estimadas como possíveis. Referem-se a ações de indenização e execução que totalizam R\$ 1.747 em discussão, e junto ao IBAMA no valor de R\$ 153.184 (R\$ 153.184 em 31 de dezembro de 2012). Em função do estágio em que se encontram, e segundo a opinião dos assessores legais da Sociedade, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas demonstrações financeiras.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital subscrito e integralizado, era representado por:

Acionista	Quantidade de ações - 31/12/2013						
	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
WMA Participações Ltda.	82.945.374	80,02	460.392	-	1.200.000	84.605.766	70,57
União Participações Ltda.	20.707.229	19,98	-	1.050.812	-	21.758.041	18,15
José Vilmar Ferreira	2.000	-	-	-	-	2.000	-
FINAM - Fundo Investimentos da Amazônia	-	-	-	-	12.238.094	12.238.094	10,21
Outros	4	-	390	-	-	394	-
Ações em tesouraria	-	-	200.656	-	-	200.656	0,16
Cia de Geração Elétrica Parapanema	-	-	-	357.769	-	357.769	0,30
Elektro Eletricidade e Serviço S.A	-	-	-	727.016	-	727.016	0,61
Total	<u>103.654.607</u>	<u>100</u>	<u>661.438</u>	<u>2.135.597</u>	<u>13.438.094</u>	<u>119.889.736</u>	<u>100,00</u>

Quantidade de ações - 31/12/2012

Acionista	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
Aço Cearense Industrial Ltda.	82.945.374	80,02	10	-	730.000	83.675.384	77,73
União Participações Ltda.	20.707.229	19,98	-	1.050.812	-	21.758.041	20,21
José Vilmar Ferreira	2.000	-	-	-	-	2.000	-
Outros	4	-	390	-	-	394	-
Ações em tesouraria	-	-	200.656	-	-	200.656	0,19
WMA Participações Ltda.	-	-	460.382	-	470.000	930.382	0,86
Cia de Geração Elétrica Paranapanema	-	-	-	357.769	-	357.769	0,33
Elektro Eletricidade e Serviço S.A	-	-	-	727.016	-	727.016	0,68
Total	103.654.607	100	661.438	2.135.597	1.200.000	107.651.642	100,00

- ON - Ações ordinárias nominativas
- PNA - Ações preferenciais nominativas classe “A”
- PNB - Ações preferenciais nominativas classe “B”
- PNC - Ações preferenciais nominativas classe “C”

As ações preferenciais classe “A” não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurados os seguintes direitos e restrições:

- a. Prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade;
- b. Participação integral nos resultados sociais, na forma do estatuto social;
- c. Participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e,
- d. Inalienabilidade, pelo prazo de 4 anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74.

As ações preferenciais classe “B” têm direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais.

As ações preferências classe “C” não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do art. 9º e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no art. 5º e/ou com recursos previstos no art. 9º da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens:

- a. Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações;
- b. Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e,

- c. Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

Também, as ações preferenciais classe “C” não tem preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº 6.404/76.

Em 26 de fevereiro de 2013, conforme Ata de reunião foi aprovada a emissão de 12.238.094 (doze milhões, duzentos e trinta e oito mil e noventa e quatro), ações preferenciais classe “C” a serem subscritas e integralizadas com recursos de incentivos fiscais administrado pelo Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos do Ministério da Integração consoante consignado no Ofício nº. 552/MI, de 27 /12/2012. A integralização foi realizada em 10 de maio de 2013 no montante de R\$ 46.138.

Em 31 de dezembro de 2013, conforme contrato de compra e venda de ações a Empresa Aço Cearense Industrial Ltda. (vendedora), alienou em favor da WMA Participações S.A. (compradora), a totalidade das ações de sua titularidade, ou seja, 83.675.384 (oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e trezentas e oitenta e quatro) ações, representadas por: 82.945.374 (oitenta e dois milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e setenta e quatro) ações ordinárias, 10 (dez) ações preferenciais classe “A” e 730.000 (setecentas e trinta mil) ações preferenciais classe “C”, que correspondem a 69,79% (sessenta e nove vírgula setenta e nove por cento) do capital social da Siderúrgica Norte Brasil S.A. pelo montante de R\$ 420.854. Consequentemente, a WMA Participações S.A. passou a ser controladora direta da Sociedade.

b. Reserva de capital

• ***Reserva subvenção de investimento***

Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Sociedade é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração).

c. Reservas de lucros

• ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social.

• ***Reserva para contingências***

É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido.

• ***Reserva de incentivos fiscais***

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais. Essa reserva somente poderá

ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2013, foram destinados do resultado R\$ 15.455 de incentivo de isenção do Imposto de Renda, incidente sobre o Lucro da exploração resultante de sua atividade na Amazonia Legal, voltada para o programa de produção anual de até 400.000 toneladas de aço.

• **Reserva de retenção de lucros**

Em conformidade com o art. 31 do estatuto social, a Sociedade após destinação da reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros - incentivos fiscais e dividendos, o saldo restante constituirá a reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído (*deemed cost*) dos terrenos no montante de R\$ 23.778.

e. Dividendos mínimos obrigatórios

A Sociedade possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir apresentamos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 2013:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	65.887	123.265
Constituição de reserva legal	(3.295)	(6.163)
Constituição de reserva para contingência	(16.472)	(30.816)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(15.455)	(22.548)
Lucro líquido ajustado	30.665	63.738
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.666	15.934

18 Receita operacional líquida

	2013	2012
Vendas de produtos - Mercado interno	918.503	741.735
Vendas de produtos - Mercado externo	21.148	43.686
Total das venda bruta	939.651	785.421
(-) Impostos sobre faturamento	(198.277)	(156.298)
(-) Devoluções mercado interno	(6.833)	(5.263)
(-) Devoluções mercado externo	-	(140)
(-) Ajuste a valor presente - faturamento	(7.503)	(6.653)
(-) Faturado e em transitio/ reversão	7.869	(3.836)
Total das deduções das vendas	(204.744)	(172.190)
Receita operacional líquida	734.907	613.231

19 Despesas com vendas

	2013	2012
Pessoal e encargos sociais	(96)	(133)
Despesas com fretes	(65.236)	(47.151)
Propaganda e publicidade	(296)	(443)
Comissões de vendas	(3.062)	(2.097)
Provisões para perdas de créditos	(3.015)	(3.915)
Serviços de terceiros	(1.538)	(1.502)
Outros gastos com vendas	(10.011)	(4.151)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas com vendas	(83.254)	(59.392)

20 Despesas administrativas e gerais

	2013	2012
Pessoal e encargos sociais	(14.142)	(11.566)
Serviços de terceiros	(6.282)	(6.184)
Propaganda e publicidade	(783)	(779)
Despesas com depreciação	(3.902)	(2.689)
Despesas de ociosidade na produção	(3.389)	(517)
Outros gastos gerais e administrativos	(11.496)	(8.328)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas administrativas e gerais	(39.994)	(30.063)

21 Resultado financeiro

	2013	2012
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(725)	(5.267)
Varição cambial	(30.405)	(64.015)
Juros passivos	(26.895)	(32.565)
Descontos	(325)	(340)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	(3.762)	(2.743)
Comissões e corretagens	(4.953)	(2.247)
Despesas com derivativos	(3.585)	(185)
Outros	(591)	(296)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas financeiras	(71.241)	(107.658)
 Receitas financeiras		
Varição cambial	17.791	62.253
Receitas de aplicações financeiras	2.614	5.912
Descontos obtidos	2.997	74.711
Juros ativos	1.825	1.369
Receitas com derivativos	2.318	37
Outras	7.408	6.842
	<hr/>	<hr/>
Total de receitas financeiras	34.953	151.124
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro	(36.288)	43.466

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros). A política de gestão de riscos da Sociedade busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade decorrente da volatilidade dos mercados. Nesse contexto, a Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros para se proteger de certas exposições ao risco.

b. Gerenciamento dos riscos

A Sociedade segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações.

A política de gerenciamento de risco da Sociedade foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio, ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa.

A Sociedade é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em e 31 de dezembro de 2013 e 2012, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações financeiras. Nos exercícios de 2013 e 2012 a sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

c. Composição dos saldos

Instrumentos financeiros	Mensuração	2013		2012	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado					
Aplicações financeiras	Valor justo	3.448	3.448	2.176	2.176
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	Custo amortizado	9.282	9.282	4.640	4.640
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	76.678	76.678	72.234	72.234
Total ativo financeiro		89.408	89.408	79.050	79.050
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	114.380	108.218	110.165	110.165
Fornecedores	Custo amortizado	41.089	41.089	82.537	82.537
Debêntures	Custo amortizado	222.172	213.119	130.807	130.807
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	3.548	3.548		
Partes relacionadas - mútuos financeiros	Custo amortizado	-	-	81.705	81.705
Total passivo financeiro		381.189	365.974	405.214	405.214

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram obtidos por meio de informações das respectivas instituições financeiras independentes.

d. Riscos de mercado

• **Risco de taxa de câmbio**

Parte do passivo financeiro e fornecedores da Sociedade estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. No exercício de 2013 foi verificada uma variação positiva em relação ao Real de 14,63% (em 2012, variação positiva de 5,24%).

A exposição da Sociedade em moeda estrangeira pode ser identificada conforme segue:

	Moeda	2013	2012
a. Financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira	R\$	(52.939)	(32.349)
b. Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	876	876
c. Contas a pagar em moeda estrangeira	R\$	(22.102)	(12.728)
d. Déficit apurado (a-b+c)	R\$	(74.165)	(44.201)

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A Sociedade elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no final do período, demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$000)		2013	2012
Ativos em moeda estrangeira	(a)	374	428
Passivos em moeda estrangeira	(b)	<u>(32.033)</u>	<u>(21.462)</u>
Exposição líquida	(a-b)	<u>(31.659)</u>	<u>(21.034)</u>

Dada a exposição ao risco de oscilação da cotação, a Sociedade apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Sociedade: cotação do dólar em R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013; (ii) cenário possível: conforme pratica de mercado e deliberação da Administração da Sociedade, o cenário é construído considerando um aumento de 5% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,4597 ; e (iii) cenário remoto, onde, a cotação do dólar é elevada em 10% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 2,5769.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

31/12/2013			
Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Dólar	2,3426	2,4597	2,5769

Abaixo demonstramos a variação do déficit no valor US\$ 31.659 mil em 31 de dezembro de 2013 e US\$ 21.034 em 31 de dezembro de 2012, conforme o cenário demonstrado acima:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instrumentos financeiros ativos	374	Alta - Dólar	-	18	34
Instrumentos financeiros passivos	<u>(32.033)</u> (31.659)		-	<u>(1.525)</u> (1.507)	<u>(2.912)</u> (2.878)

- **Risco de taxas de juros**

O Risco da taxa de juros da Sociedade decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõe a Sociedade ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõe a Sociedade ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Sociedade não tem ativos significativos em que incidam juros.

A política financeira da Sociedade tem por objetivo mitigar os riscos desde que os custos justifiquem os benefícios trazidos pela operação na redução da exposição em determinado índice ou moeda.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os empréstimos e financiamentos da Sociedade, às taxas variáveis, eram denominados em reais e dólar dos Estados Unidos.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	2013	%	2012	%
Empréstimos e financiamentos				
Pré-fixada	21.298	6%	9.764	4%
TJLP	-		4.162	2%
Libor	52.939	16%	32.341	13%
CDI	40.137	12%	63.898	27%
	<u>114.374</u>	<u>34%</u>	<u>110.165</u>	<u>46%</u>
Debêntures				
CDI	222.172	66%	130.807	54%
	<u><u>336.546</u></u>	<u><u>100%</u></u>	<u><u>240.972</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Contrato swap

A Sociedade contratou uma operação denominada swap de taxas de juros, com o objetivo de transformar um financiamento atrelado ao CDI para Variação mais Taxa pré-fixada de 6,95% a.a. A Sociedade não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento.

As demais operações em aberto estão dispostas na tabela a seguir:

Swap de taxa de juros (CDI x PRÉ)						31/12/2013				31/12/2012			
Contraparte	Vencimento da Operação	Valor Nocional (R\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (Marcação a Mercado)	Valorização (R\$)			Valor Justo (Marcação a Mercado)				
			Posição Ativa	Posição Passiva		Valor Nocional (R\$ mil)	Posição Ativa	Posição Passiva					
Btg Pactual	10/08/2018	100.000	701	(4.249)	(3.548)	-	-	-	-				
Santander	26/12/2013	-	-	-	-	2.000	37	(3)	34				
		100.000	701	(4.249)	(3.548)	2.000	37	(3)	34				

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

A Sociedade elabora análise de sensibilidade dos ativos e passivos indexados a taxa de juros, em aberto no final do exercício, considerando o cenário provável, o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2013. Os cenários possível e remoto foram calculados com deterioração de 5% e 10% respectivamente, sobre dessas taxas em 31 de dezembro de 2013.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

31/12/2013			
Taxa	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Libor	0,41%	0,43%	0,45%
CDI	0,74%	0,78%	0,81%

Os efeitos na despesa financeira considerando os cenários provável, possível e remoto estão demonstrados a seguir:

31/12/2013			
Taxa	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Libor	-	2.751	2.882
CDI	-	25.633	26.664

As taxas de juros específicas que a Sociedade está exposta, as quais são relacionadas a Empréstimos e financiamentos e debêntures, são apresentadas nas Notas Explicativas 12 (a) e 13 (a).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxa de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação da taxa de juros.

e. Risco de liquidez

O Risco de liquidez da Sociedade é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A política de gerenciamento adotada pela Sociedade para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Sociedade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os passivos financeiros derivativos pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	41.089	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	78.628	3.026	32.726	-
Debentures	-	38.087	184.085	-
Obrigações com arrendamento mercantil	346	305	253	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	135.628	14.831	566	-
Debentures	44.071	78.371	5.927	-
Obrigações com arrendamento mercantil	353	84	-	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debentures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

f. Risco de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma operação.

A gestão de risco de crédito da Sociedade no intuito de mitigar esses riscos, adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o somatório dos respectivos valores contábeis, deduzido de quaisquer provisões para perda do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 76.678 (R\$ 72.234 em 2012) (Ver Nota Explicativa nº 5).

No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

A Sociedade mantém Concentração máxima por Banco de até 30% (trinta por cento) do total aplicado para o caso de Bancos de grande porte e até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de Bancos de médio porte. Não serão admitidas aplicações em Bancos de pequeno porte. Para fins de classificação de porte será considerada a listagem publicada anualmente pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os dez

primeiros bancos como bancos de grande porte, do décimo-primeiro ao trigésimo como de médio porte, e trigésimo-primeiro em diante como de pequeno porte.

Aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 360 dias deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração.

- **Qualidade do crédito**

Contas a receber de clientes

Não há uma classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Desta forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Sociedade, situação financeira e conceito junto ao mercado, assim definindo limites de crédito, ao quais são monitorados regularmente.

Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

g. Controles relacionados aos riscos

A Sociedade visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício.

h. Níveis de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

31/12/2013			
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	-	3.448	-
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.548	-
31/12/2012			
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	37	-
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	3	-

i. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar o seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

23 Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a sua relação custo/benefício e histórico de sinistros. Após diversas tentativas ao longo do exercício de 2013 de colocação de referido risco ao mercado segurador, através de Resseguradores Nacionais e Internacionais, um número insuficiente de companhias seguradoras para a devida concorrência pública conseguiu alocar 100% dos riscos perante um Ressegurador ou ofertou pacote de coberturas procedentes e compreensíveis a relação custo/benefício esperada pela Sociedade.

Para o exercício de 2014 a Sociedade continuará buscando junto ao mercado segurador a contratação de cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros em sua planta fabril.

Com o intuito de minimizar os riscos inerentes à operação, a Sociedade implantou medidas alternativas de prevenção de sinistros, tais como rede de hidrantes em toda a usina, extintores de incêndio em todos os pontos necessários, caminhão-pipa de água para combate a incêndio e brigada de incêndio com equipe treinada e reciclada periodicamente.

24 Eventos subsequentes

Como parte da reestruturação societária que se iniciou em 2013, sob o propósito de simplificar e aperfeiçoar a estrutura operacional e administrativa do Grupo Aço Cearense, a Sociedade integralizou R\$ 200.000 em ativos na empresa Sinobras Florestal Ltda., constituída em dezembro de 2013, com o propósito de segregar as operações de siderurgia das operações de reflorestamento e produção de carvão vegetal. Esta integralização, conforme a 1ª Alteração ao Contrato Social da Sinobras Florestal Ltda., datado de 5 de janeiro de 2014, foi composta por todos os ativos operacionais em uso nas fazendas de eucalipto. Com esta integralização a Sociedade passou a deter 99,99% das cotas do capital social da Sinobras Florestal Ltda.

Em ato contínuo a integralização, foi procedida à alienação das cotas da Sociedade na Sinobras Florestal Ltda. para a WMA Participações S.A. (controladora final) em 31 de janeiro de 2014, passando assim a WMA Participações S.A. a ser controladora direta da Sinobras Florestal Ltda.

* * *

Composição do Conselho de Administração

José Vilmar Ferreira - Presidente
Wander Jean Matos Ferreira - Vice-presidente
Rose Marie Matos Ferreira - Conselheira
Maria de Jesus Ferreira Corrêa - Conselheira

Composição da Diretoria

José Vilmar Ferreira - Presidente
Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente
Maria José Ferreira - Diretora Financeira
Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Diretora Corporativa

Responsável técnico

Ideltrudes P. Arraes N. Vasconcelos
CPF 299.772.402-30
CRC 008331/O-9 - PA